
I PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE PORECATU 2025-2028



**Porecatu – PR
2025**



LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

CAISAN	Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DHAA	Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IAN	Insegurança Alimentar e Nutricional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
PLAMSAN	Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional

**SUMÁRIO**

Item	Tópico	Pg
1	Identificação	04
2	Apresentação	07
3	Introdução	08
4	Segurança Alimentar e Nutricional em Porecatu	11
5	Dados gerais do município de Porecatu	19
5.1	Evolução Demográfica do Município	21
5.2	Diagnóstico Socioterritorial	21
5.3	Dados da Assistência Social	23
5.4	Dados da Educação	27
5.5	Indicadores da Segurança Alimentar e Nutricional	29
5.6	Dados da Saúde	30
5.7	Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional	35
5.8	Produção Agrícola Municipal	36
6	Diretrizes e operacionalização do I PLAMSAN 2025-2028	38
7	Monitoramento e Avaliação	42
8	Referências Bibliográficas	43



1. IDENTIFICAÇÃO

Município: PORECATU/PR
Porte Populacional: Pequeno Porte I
Vigência: 2025-2028

Responsáveis pela elaboração: Aldilene de Fatima Pico Agostinho – Assistente Social – CRESS 2081/Pr

Colaboração: Secretaria de Educação; Secretaria de Saúde, Assessoria para Indústria, Comércio, Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria de Administração.

Prefeitura Municipal

Nome do Prefeito: Agamemnon Augusto Araujo Paduan
Mandato do Prefeito: Início: 01/01/2025 Término: 31/12/2028

Endereço da Prefeitura: Rua Barão do Rio Branco, 344 CEP: 86.160-000

Telefone: (43) 3623-3100

E-mail: prefeitura@porecatu.pr.gov.br e documentacao@porecatu.pr.gov.br

Site: www.porecatu.pr.gov.br

Órgão responsável pela Política da Segurança Alimentar e Nutricional:

Assessoria para Indústria, Comércio, agricultura e Meio Ambiente: Edvaldo Gozzi

Secretarias Parceiras:

Secretaria de Serviço Social: Maria Aparecida de Jesus Souza

Secretaria de Saúde: Arilda Batista de Araújo

Secretaria de Educação: Bruna Aparecida do Amaral Costa

IDENTIFICAÇÃO DA CAISAN E CONSEA :

Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN de Porecatu

Através da Portaria nº 458/2025, foi nomeado os membros da CAISAN, ficando assim composto:

REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL

Assessoria para Indústria, Comércio, Agricultura e Meio Ambiente

Titular: Edvaldo Gozzi



Suplente: Ailton Picolo

Secretaria de Saúde

Titular: Arilda Batista de Araújo

Suplente: Aldete Aparecida Picolo

Secretaria de Assistência Social

Titular: Maria Aparecida de Jesus Souza

Suplente: Aldilene de Fatima Picolo Agostinho

Secretaria de Educação

Titular: Bruna Aparecida do Amaral Costa

Suplente: Sandra Valéria Falcão dos Santos

**Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Porecatu-
COMSEA**

Através da Portaria nº 459/2025, foi nomeado os membros do CONSEA, ficando assim composto:

REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL

Assessoria para Indústria, Comércio, Agricultura e Meio Ambiente

Titular: Edvaldo Gozzi

Suplente: Mario José Pizoni

Secretaria de Saúde

Titular: Aldete Aparecida Picolo de Biase

Suplente: Daniele Tomazine Donato

Secretaria de Assistência Social

Titular: Maria Aparecida de Jesus Souza

Suplente: Aldilene de Fatima Picolo Agostinho

Secretaria de Educação

Titular: Bruna Aparecida do Amaral Costa

Suplente: Sandra Valéria Falcão dos Santos

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Sociedade São Vicente de Paulo

Titular: Lucia Maria Martins

Suplente: Dulcineia Martins Mendes



Serviço de Obras Sociais - SOS

Titular: Cleuza Gervazoni Furlaneto

Suplente: Edite Eunice de Oliveira

ILPI - Lar Padre Calógero Gaziano

Titular: Roseli Aparecida Gomes

Suplente: Sirlei Ferreira

Associação De Moradores da Vila Rural da Amizade

Titular: Edna Santana

Suplente: Haroldo José Barbosa

APAE

Titular: André Angelo Tavian

Suplente: Juliana Gonçalves Esposti

Comunidade Irmã Clorinda

Titular: Jeferson Costa da Conceição

Suplente: Eleonora de Souza

APMF Municipal

Titular: Tânia Regina Brussolo Santos

Suplente: Vilmaria Silva dos Anjos

APMF Estadual

Titular: Keuciany Paula Santos Linares

Suplente: Eliete Santos

2 - APRESENTAÇÃO

Apresentamos o primeiro Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – PLAMSAN do Município de Porecatu para o quadriênio 2025-2028, o qual traz as diretrizes com base na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, expressando as ações desenvolvidas no Município de Porecatu, com o intuito de melhorar as condições de acesso à alimentação adequada, em consonância com as Políticas Nacional e Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.

A elaboração das diretrizes, objetivos e metas do PLAMSAN do Município de Porecatu são resultados da análise das ações já realizadas no Município, de temas debatidos na I, II e III Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional realizadas em Porecatu.

A Segurança Alimentar e Nutricional deve ser buscada de forma coletiva e intersetorial, integrando e articulando os esforços entre as diversas áreas de Governo e Sociedade Civil, visando assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada e a Soberania Alimentar.

O PLAMSAM foi elaborado para o quadriênio 2025-2028 e deverá ser revisado constantemente, sendo a primeira revisão das metas no primeiro semestre de 2026.

3 - INTRODUÇÃO:

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, foi criado através da Lei nº 11.346 de 15 de Setembro de 2006. Tem por objetivos formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional do País.

O SINAN tem como princípios, (Art. 8º):

- I – universalidade e equidade no acesso à alimentação adequada, sem qualquer espécie de discriminação;
- II – preservação da autonomia e respeito à dignidade das pessoas;
- III – participação social na formulação, execução, acompanhamento, monitoramento e controle das políticas e dos planos de segurança alimentar e nutricional em todas as esferas de governo; e
- IV – transparência dos programas, das ações e dos recursos públicos e privados e dos critérios para sua concessão.

E tem como diretrizes (Art. 9º):

- I – promoção da intersetorialidade das políticas, programas e ações governamentais e não-governamentais;
- II – descentralização das ações e articulação, em regime de colaboração, entre as esferas de governo;
- III – monitoramento da situação alimentar e nutricional, visando a subsidiar o ciclo de gestão das políticas para a área nas diferentes esferas de governo;
- IV – conjugação de medidas diretas e imediatas de garantia de acesso à alimentação adequada, com ações que ampliem a capacidade de subsistência autônoma da população;
- V – articulação entre orçamento e gestão; e
- VI – estímulo ao desenvolvimento de pesquisas e à capacitação de recursos humanos.

Em 2010 houve a aprovação da Emenda Constitucional nº 64 alterando a Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social.

No mesmo ano, teve a Regulamentação da Lei nº 11.346/2006 instituindo a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN estabelecendo os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Em 2007 o Governo Federal decretou sobre as competências, a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e em 2023, através do Decreto nº 11.422/2023, dispõe sobre a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, integrante do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN.

A nível Estadual, no Paraná, em 2008, através da Lei nº 15.791/2008, foi instituído a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.

Em 2003, através do Decreto nº 1.556/2003, instituiu e regulamentou o funcionamento do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Paraná - CONSEA/PR , sendo alterado posteriormente pelo Decreto Nº 2587/2004.

A Segurança Alimentar e Nutricional – SAN, consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares saudáveis que respeitem a diversidade cultural e que sejam: ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (Lei nº. 11.346/2006).

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN tem por objetivos formular e executar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional no país.

Segundo a consolidação dos conteúdos do curso de formação a distância sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), realizado, em 2012, pela Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH) em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), ficou assim sistematizado: “O Direito Humano à Alimentação Adequada é indispensável para a sobrevivência. As normas internacionais reconhecem o direito de todos à alimentação adequada e o direito fundamental de toda pessoa a estar livre da fome como pré-requisitos para a realização de outros direitos humanos. No Brasil, desde

2010, este direito está assegurado entre os direitos sociais da Constituição Federal, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 64, de 2010. Entretanto, o direito à alimentação adequada e o direito de estar livre da fome estão distantes da realidade de muitas pessoas em todo o mundo. A incorporação do conceito de Direito Humano à Alimentação Adequada e de Segurança Alimentar e Nutricional nas várias estratégias de desenvolvimento social é um caminho eficaz para reverter essa situação. A expressão “Direito Humano à Alimentação Adequada” tem origem no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC). Em 2002, o Relator Especial da ONU para o direito à alimentação definiu o Direito Humano à Alimentação Adequada da seguinte forma: ATENÇÃO! O direito à alimentação adequada é um direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garantam uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva.” (*Marília Leão*. – Brasília: ABRANDH, 2013).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável são o segundo objetivo dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS, a agenda 2030 é erradicar a fome”.

O presente Plano SAN traz o histórico da política de segurança alimentar e nutricional a nível nacional, estadual e municipal; consta os quadros dos eixos das conferências realizadas em 2015, 2019 e 2023. Traz os dados do município de Porecatu, dados das Políticas de Assistência Social, Educação e Saúde. Por fim, aponta como está a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Porecatu, os quadros das propostas com diretrizes e operacionalização do I PLAMSAM, com metas para o quadriênio 2025-2028. Finalizando com indicadores do monitoramento e avaliação.

4 - SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM PORECATU

No município de Porecatu, foi criado o Conselho Municipal de Segurança alimentar e Nutricional – COMSEA, através da Lei Municipal nº 1.474 de 17 de Outubro de 2011, de caráter consultivo; define a composição e as competências do conselho e como propor e pronunciar-se sobre as diretrizes da política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como organizar as Conferências Municipais, momento que se dá a indicação dos membros que irão compor o conselho, sendo no mínimo 12 conselheiros, 2/3 de representantes da sociedade civil organizada e 1/3 de representantes do Governo Municipal.

Em Porecatu não tem secretaria específica da Segurança Alimentar, e nem mesmo secretaria de agricultura. O que compõe a estrutura administrativa da Prefeitura é a pasta de Assessoria composta por quatro áreas (Indústria, Comércio, Agricultura e Meio Ambiente), sendo esta, responsável pela Segurança Alimentar e Nutricional no município de Porecatu.

Apesar da Lei Municipal criar o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, no ano de 2011, somente houve a nomeação em 2015 e a realização da I Conferência Municipal. Em 2019 houve atualização dos membros e a realização da II Conferência Municipal. Em 2023, foi organizado a III Conferência Municipal e nomeado os representantes do Conselho.

O CONSEA de Porecatu é ativo, porém se reúne esporadicamente.

Houve três conferências municipais em Porecatu, a primeira no dia 25 de junho de 2015, a segunda, dia 14 de junho de 2019 e a terceira se deu no dia 06/07/2023.

Vale destacar sobre cada conferência realizada, com as propostas aprovadas e enviadas ao Núcleo Regional da Secretaria de Estado do Abastecimento – SEAB de Londrina.

Segue abaixo, as propostas de cada conferência realizada:

I Conferência Municipal de Segurança alimentar e Nutricional:

Realizada no dia 25 de junho de 2015, no Salão Nobre do Centro Social Urbano, com o Tema: “Comida de Verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar”, participaram 56 pessoas e aprovadas as propostas que seguem abaixo.

Propostas aprovadas por eixo:

EIXO TEMÁTICO 1: Comida de verdade: avanços e obstáculos para a conquista da alimentação adequada e saudável para a conquista da soberania alimentar.

PROPOSIÇÕES	SITUAÇÃO	PROPOSTA FINAL (redação final após destaque e aprovação)
Incentivo na produção de alimentos da Vila Rural, produtos sazonais	(x) APROVADA () DESTAQUE () EXCLUÍDA	
Acesso aos rios para produção de peixes. Incentivo aos pescadores	(x) APROVADA () DESTAQUE () EXCLUÍDA	
Cursos e oficinas para produção de alimentos, temperos, conservas e etc.	(x) APROVADA () DESTAQUE () EXCLUÍDA	
Incentivo as feiras livres aberta a todos os agricultores	(x) APROVADA () DESTAQUE () EXCLUÍDA	

EIXO TEMÁTICO 2: Estratégias em andamento para a conquista da comida de verdade no âmbito local, regional, estadual, nacional e internacional alimentar.

PROPOSIÇÕES	SITUAÇÃO	PROPOSTA FINAL (redação final após destaque e aprovação)
Diagnóstico de potenciais produtos que poderiam estar sendo produzidos na Vila Rural de Porecatu e comercializados no município.	(x) APROVADA (x) DESTAQUE () EXCLUÍDA	Diagnóstico e planejamento de potenciais produtos que poderiam estar sendo produzidos na Vila Rural de Porecatu e comercializados no município.
Recurso a fundo perdido para fornecimento e aquisição de insumos para a Vila Rural, no sentido de subsidiar as produções.	(x) APROVADA (x) DESTAQUE () EXCLUÍDA	Recursos a fundo perdido, incluindo incentivo municipal no orçamento para o ano de 2016 no fornecimento e aquisição de insumos para a Vila Rural e agricultores familiares com atividades comprovadas no município, no sentido de subsidiar as produções.
Priorizar moradores locais e da região ao acesso a terra através do Plano Nacional de Reforma Agrária.	(x) APROVADA () DESTAQUE () EXCLUÍDA	
Recursos financeiros para pescadores profissionais na aquisição de áreas às margens da represa para acesso a operacionalização na criação de peixes no sistema de tanque rede.	(x) APROVADA () DESTAQUE () EXCLUÍDA	
Divulgação através da mídia ou fóruns dos programas sociais em andamento no município, para que a população tenha conhecimento da sua existência e como	(x) APROVADA () DESTAQUE () EXCLUÍDA	



está sendo utilizado.		
-----------------------	--	--

EIXO TEMÁTICO 3: Aperfeiçoamento e ampliação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: pacto federativo, participação social e intersetorialidade.

PROPOSIÇÕES	SITUAÇÃO	PROPOSTA FINAL (redação final após destaque e aprovação)
Dar conhecimento da existência do Conselho municipal de Segurança Alimentar e Nutricional a população em geral.	(x) APROVADA () DESTAQUE () EXCLUÍDA	
Fortalecer o comprometimento dos membros do Conselho na sua atuação	(x) APROVADA () DESTAQUE () EXCLUÍDA	
Incentivar os pequenos produtores a produção em maior escala para que haja retorno das feiras livres no município com cadastramento dos produtores	(x) APROVADA (x) DESTAQUE () EXCLUÍDA	Incentivar os pequenos produtores a produção em maior escala e com garantia da segurança dos alimentos por meios de fiscalização, para que haja retorno das feiras livres no município com cadastramento dos produtores
Membros conselheiros com responsabilidade para plena atuação e adequação de horários das reuniões às dos membros e seu público alvo.	(x) APROVADA () DESTAQUE () EXCLUÍDA	

II Conferência Municipal de Segurança alimentar e Nutricional:

Realizada no dia 14 de junho de 2019, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal, com o Tema: “Comida no campo e na cidade: o que temos e o que queremos” , participaram 18 pessoas, e aprovadas as propostas que seguem abaixo.

Eixo Temático 1: ALIMENTAÇÃO COMO PRINCÍPIO DE EXISTIR	
1	Divulgação através de mídias locais ou dos programas sociais em andamento no município, para que a população tenha conhecimento da sua existência e como pode ser utilizado.
2	Fortalecer as organizações de agricultura familiar com a ampliação de diversidade da produção.
3	Acesso ao rio Paranapanema para produção de peixes, incentivando a formalização dos pescadores e fomentar o comércio de peixes no município de Porecatu.
Eixo Temático 2: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA	
1	Criação de mecanismos de atenção a segurança alimentar e nutricional no município que contemple a adesão ao SISAN
2	Garantir a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar para consumo da secretaria de saúde e de serviço social.
3	Instituir, por meio de Lei, a Semana Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional que deverá ser realizada na semana do dia 16 de outubro, Dia Mundial da Alimentação.
Eixo Temático 3: A GEOGRAFIA DA FOME E O DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS	
1	Intensificar a divulgação das informações sobre Segurança Alimentar e Nutricional por meio de Campanhas de Mobilização e Conscientização (em todas as mídias disponíveis no município), bem como promover ações de educação alimentar nos espaços de serviços públicos que tenham grande concentração de pessoas, com apoio da rede de políticas intersetoriais.
2	Que o Município institua uma cozinha itinerante, com material e equipe necessária, para a realização de ações, proferindo cursos, consultorias, orientações e atendimentos quanto ao aproveitamento integral dos alimentos e a segurança alimentar. Que esta



	cozinha esteja presente nas feiras livres, diversos eventos e também instituições, por meio de agendamento.
3	Fortalecer a cozinha central de educação, com modernização da estrutura já existente, bem como de equipamentos, capacitação de funcionários e veículos para transporte de alimentos.

III Conferência Municipal de Segurança alimentar e Nutricional:

Realizada no dia 06 de julho de 2023, no Salão Paroquial da Igreja Católica, com o Tema: “Erradicar a fome e garantir Comida de Verdade, Democracia e Equidade”, participaram 36 pessoas. A palestra magna foi proferida pela Sra. Kelly Franco de Lima, Mestre em Ciências da Educação, Nutricionista Clínica, Funcional, Fitoterapia e Oncologia, Membro da CORESAN e COMSEA/Londrina e Conselheira Estadual de SAN, Delegada e conselheira do CRN-8.

Foram aprovadas as propostas que seguem abaixo.

Eixo 1: DETERMINANTES ESTRUTURAIS E MACRODESAFIOS PARA A SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL			
PROPOSTA	APROVAÇÃO DA PROPOSTA		PRIORIDADE
	APROVADA	NÃO APROVADA	
Assistência Técnica para os agricultores	X		Criação do Consea
Assessoria técnica especializada para os agricultores	X		Assessoria técnica especializada
Orçamento (linha de crédito)	X		Possibilitar acesso dos acampados nas políticas públicas
Conversão para o selo orgânico	X		
Possibilitar acesso dos acampados nas políticas públicas	X		
Composição (criação de um conselho atuante)	X		

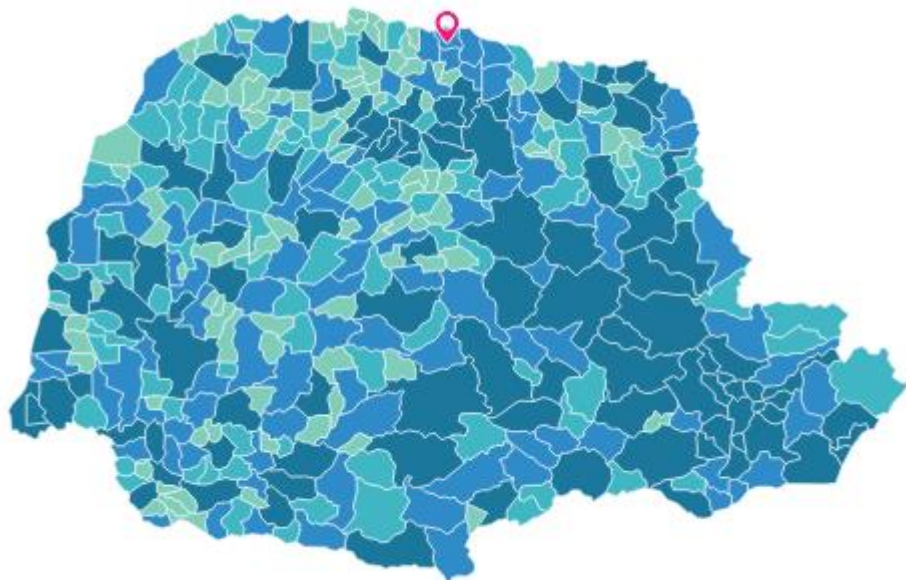


Eixo 2: SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS GARANTIDORAS DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA			
PROPOSTA	APROVAÇÃO DA PROPOSTA		PRIORIDADE
	APROVADA	NÃO APROVADA	
Município – Formar/Regularizar o Conselho de Segurança Alimentar.	X		X
Aderir ao sistema para que os recursos venham e sejam implantadas políticas públicas.	X		X
Regularizar a documentação do pequeno produtor para que possam vender aos órgãos públicos.	X		
O que plantar? O que produzir? Dialogar/organizar conselho e pequeno produtor, tentar diminuir o desperdício de alimentos.	X		
Famílias Atendidas CRAS/CREAS Visitas permanentes para verificar as reais necessidades das famílias, estipular prazos para adequação das famílias, monitorar a duplicidade em benefícios.	X		
Parceria entre Educação, Saúde e CRAS. Conscientizar as famílias em relação a “Comida de Verdade”.	X		X
Análise dos participantes da feira do produtor (realizada pelo município) verificar a possibilidade de incluir mais participantes residentes no município de Porecatu-Pr.	X		



Eixo 3:DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL			
PROPOSTA	APROVAÇÃO DA PROPOSTA		PRIORIDADE
	APROVADA	NÃO APROVADA	
Tornar o CONSEA ativo.	X		X
Criar estratégias de como incluir essas famílias para produzir alimentos.	X		
Levantamento de espaços/terrenos ociosos para produção de alimentos.	X		
Criar cooperativa ou associação para atender a população de maneira que elas produzam, se alimentem e tenham renda.	X		
Buscar financiamento do Estado para garantir a compra de produtos a preço justo.	X		X
Criar intercâmbio produtivo com MST e Colégio Estadual.	X		
Reunir as famílias acampadas pelo CRAS e CREAS para socializar o tema Segurança Alimentar.	X		
Organizar as feiras de modo que a população em situação de vulnerabilidade tenha acesso.	X		
Criar a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, garantindo orçamento, através de projeto de lei.	X		X

5 - DADOS GERAIS DO MUNICÍPIO



Área da unidade territorial [2022]

291,663 km²

Área urbanizada [2019]

5,35 km²

POPULAÇÃO E SUAS CARACTERÍSTICAS

População no último censo 2022:

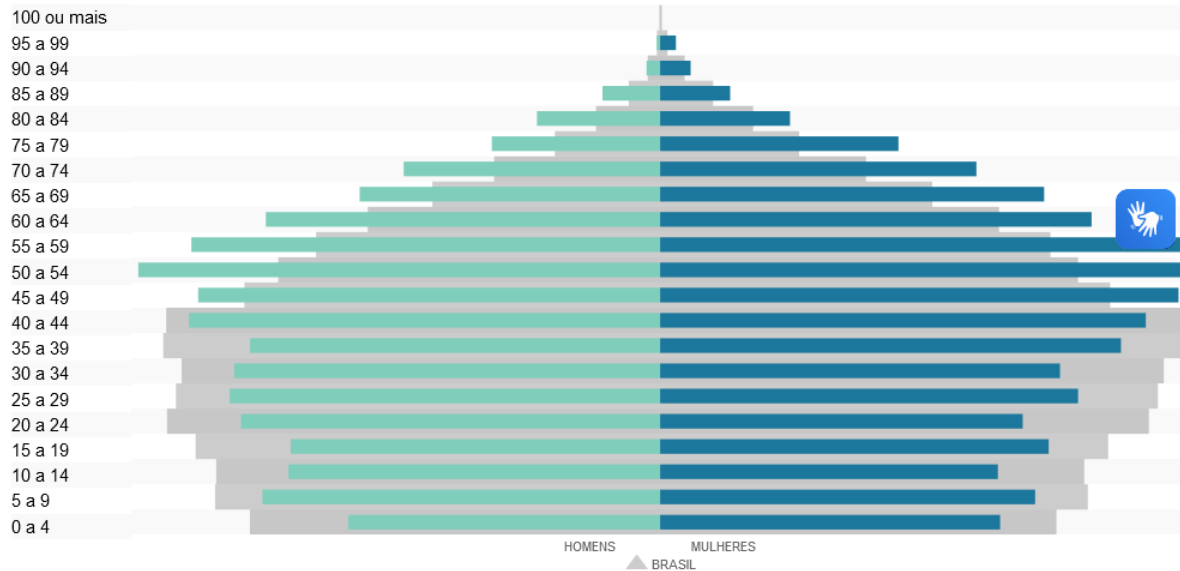
11.624 pessoas

Densidade demográfica 2022:

39,85 habitantes por quilômetro quadrado

Pirâmide Etária

Pirâmide Etária - 2022



Trabalho e Rendimento (IBGE)

- Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2022]

1,8 salários mínimos

- Pessoal ocupado [2022]

2.550

- População ocupada [2022]

21,94%

- Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até ½ salário mínimo [2010]

32,2%

5.1 - Evolução Demográfica do Município

Até o presente momento o IBGE não publicou a população urbana e rural obtida no Censo 2022. Sendo assim, tem-se as seguintes constatações sobre a evolução demográfica do Município:

1) De 1970 a 2022, portanto 52 anos, a população total vem caindo. Perda de 48% (10.653 habitantes).

A expressiva maioria, 12.869 habitantes, na zona rural.

2) Em contraposição, a população urbana, entre 1960 e 2010, aumentou de 5.160 para 11.442 habitantes; qual seja, multiplicou por 2,2.

3) A taxa de crescimento na população total entre 2010 e 2022 foi negativa (-1,65%).

FONTE: Censos Demográficos do IBGE • Valores projetados pelo Plano Diretor-2024 tendo como base os setores censitários do Censo 2024, do IBGE.

5.2 – Diagnóstico Socioterritorial de Porecatu

O município de Porecatu, Estado do Paraná, está situado as margens do Rio Paranapanema.

A principal atividade econômica sempre foi a agricultura, com o cultivo da cana de açúcar. Como exemplo desta característica, duas das maiores empregadoras da cidade, a Usina Central Paraná (UCP) e a Cooperativa Agropecuária dos Cafeicultores de Porecatu (Cofercatu), têm suas atividades relacionadas diretamente com a agricultura. A prefeitura do município é a outra grande empregadora.

Como maior empregadora da cidade, a Usina Central Paraná (UCP), do grupo Atalla, tinha participação fundamental na economia do município. Porém, nos últimos anos, os problemas financeiros do grupo trouxeram impacto direto na população da cidade (Wikipédia).

A ultima safra aconteceu no ano de 2013, a partir daí, houve muitas demissões e sucateamento da empresa.

Quanto a Cooperativa Agropecuária dos Cafeicultores de Porecatu (Cofercatu), no ano de 2018 foi comprada pelo Grupo Cocamar.

Outras oportunidades de emprego se dão a partir da oferta de trabalho da região, como empresas de abatimento de aves e usinas de açúcar e álcool.

Com a decadência da Usina Central Paraná, proprietária de várias fazendas no entorno da cidade, que cedia moradias nessas áreas rurais para seus funcionários, grande parte da população da área rural, migrou para a cidade, aumentando o índice de vulnerabilidade na região urbana.

Área rural:

As lavouras temporárias predominam no uso da terra rural ocupando, segundo dados do IBGE 2017, 15.760 ha, qual seja, cerca de 53% da terra agropecuária, sendo a cana de açúcar, o milho e a soja as principais culturas.

Destacam-se, no uso da terra, as matas ciliares e o Parque do Ibicatu, na divisa com o município de Centenário do Sul.

Exceptuado o loteamento denominado Porto das Águas (chácaras de lazer), atividades econômicas consideradas urbanas presentes na área rural são insignificantes.

Vendedores de peixe e iscas, em pequeno número, alocam-se junto à ponte sobre a Represa na PR 421.

Vila rural:

A Vila Rural da Amizade está situada na porção oeste do Município. Tem 54 lotes. Foi projeto do governo do Paraná, na gestão Jaime Lerner, com objetivo de assentar populações ligadas ao trabalho rural. A disponibilidade de lotes de ½ hectare permitiria a produção de alimentos para subsistência enquanto membros da família teriam empregos na zona rural ou urbana.

Acampamento Herdeiros da Luta:

Desde 2008 foi instalado o Acampamento do Movimento Sem Terra (MST) – Acampamento Herdeiros da Luta de Porecatu, conta com 300 pessoas em 137 domicílios. Está localizado à leste, cerca de 5,5 km do núcleo urbano do município de Porecatu-PR, junto à pista do Aeródromo, parte das terras da Fazenda Variante (1.442 ha), propriedade do Grupo Atalla.

5.3 – Dados da Assistência Social:

A Secretaria Municipal de Serviço Social conta com diversas ações da Política de Assistência Social:

- O Centro De Referência De Assistência Social – **CRAS**

É a porta de entrada da população que necessita dos serviços da assistência social. São realizados atendimentos diversos na área da assistência social:

- Escuta e acolhida da pessoa;
- Orientações;
- Triagem social;
- Visita domiciliar;
- Atendimento a demanda Previdenciária
- Concessão de benefícios eventuais: auxílio funeral, auxílio natalidade; cesta básica
- Programa Hidroginástica para pessoas idosas
- Reúne Grupos e oficinas com as famílias
- Acompanhamento e encontros com as famílias
- Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e Estadual
- Cadastro para o Programa Leite das Crianças
- Busca ativa e entrega dos cartões do Programa Estadual Cartão Comida Boa
- Programa Estadual Compra Direta Paraná, o CRAS recebe alimentos da agricultura familiar e distribui as famílias cadastradas
- Programa Estadual Nossa Gente Paraná

- O Centro De Referência Especializado De Assistência Social (**CREAS**)

É Proteção Especial, onde são atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados, tendo como objetivo, acolher, orientar e acompanhar famílias e indivíduos em situação de violência física, psicológica e negligência; violência sexual; situação de rua e abandono. acolhimento,

- escuta qualificada,
- visitas domiciliares e institucionais(presídio; hospital, asilo e outras);
- visitas juntamente com vigilância sanitária em casos de risco,
- abordagem individual, abordagem psicossocial, abordagem com pessoa em situação de Rua;

- encaminhamentos à rede de serviços socioassistencial (conselho tutelar, educação, saúde),
- concessão de passagens para itinerantes, morador de rua ou trecheiros,
- oficinas , campanhas de conscientização rodas de conversas com mulheres em situação de risco e violência doméstica, reuniões de famílias.

- **Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora:**

É o acolhimento provisório de crianças e adolescentes afastados do convívio da família de origem por medida judicial protetiva.

- **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para pessoas idosas**

É um serviço realizado em grupos, com objetivo de ampliar trocas culturais e de vivências, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência familiar e comunitária, prevenindo assim a ocorrência de situações de risco social

É no Centro de Convivência do Idoso – CCI que são desenvolvidas várias atividades para as pessoas idosas de Porecatu.

- **Controle Social**

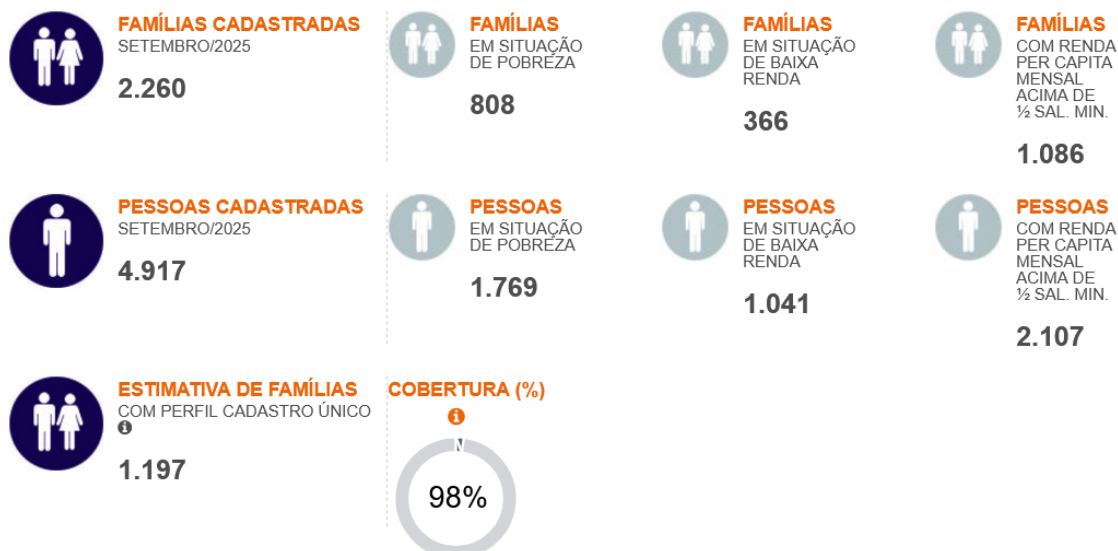
A Secretaria de Serviço Social também gerencia os conselhos:

- ✓ O Conselho Municipal de Assistência Social
- ✓ O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- ✓ Conselho Municipal dos Direitos do Idoso
- ✓ Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência
- ✓ Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

Relatórios do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

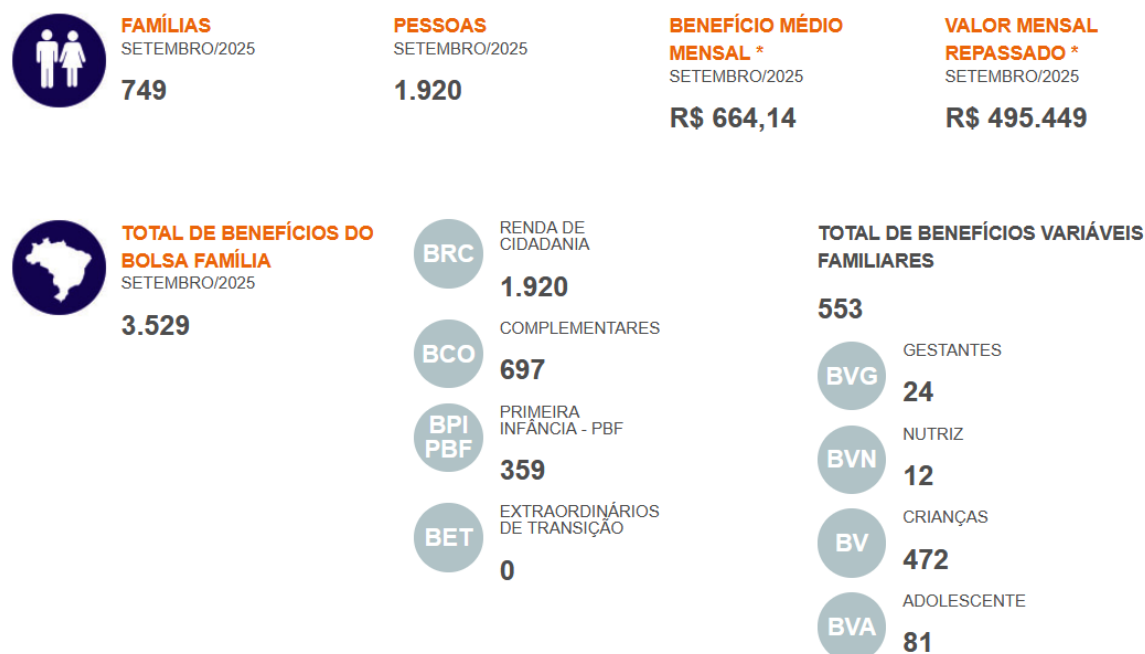
<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/>

CADASTRO ÚNICO ⓘ



Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, SAGICAD, Cadastro Único para programas Sociais; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

BOLSA FAMÍLIA ⓘ



*O total de recursos transferidos e o benefício médio desconsideram as famílias que se encontram em situação de suspensão na Folha de Pagamentos do PBF.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, SENARC, Demonstrativo Físico/Financeiro do Programa Bolsa Família.

BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA ⓘ



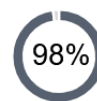
**TOTAL DE BENEFICIÁRIOS
PELA FONTE PAGADORA**
AGOSTO/2025

401



**TOTAL DE BENEFICIÁRIOS
DO BPC INSCRITOS NO
CADASTRO ÚNICO**
AGOSTO/2025

396



**PERCENTUAL DE
BENEFICIÁRIOS DO BPC
INSCRITOS NO CADASTRO
ÚNICO ***
AGOSTO/2025

	Beneficiários	Repassado em Agosto/2025	Repassado em 2025*	Repassado em 2024
Pessoas com Deficiência	272	R\$ 412.913,24	R\$ 3.272.684,51	R\$ 4.414.365,94
Idosos	129	R\$ 195.823,48	R\$ 1.534.706,39	R\$ 2.105.332,20
Total	401	R\$ 608.736,72	R\$ 4.807.390,90	R\$ 6.519.698,14

*Este percentual está sujeito à flutuação devido a procedimentos de exclusão do cadastro de pessoas no âmbito do Cadastro Único, bem como à concessão de novos benefícios do BPC.

* Referente aos meses de jan/2025, fev/2025, mar/2025, abr/2025, mai/2025, jun/2025, jul/2025 e ago/2025.

Rede Socioassistencial - Organização Sociedade Civil:

Serviço de Obras Sociais - SOS

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes que frequentam a rede de ensino estadual: desenvolvem atividade de esporte; informática, auxílio pedagógico; artesanato; musicalização; recreação; jardinagem; capoeira.

Programa de Enfrentamento à Pobreza:

Atendimento emergencial através de distribuição de cestas básicas; distribuição de verduras e legumes; doações de móveis, roupas e calçados; atendimento com refeição/almoço diariamente às pessoas em situação de rua.

Projeto de cumprimento de medida sócio-educativa em meio aberto de Liberdade Assistida.

APAE

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porecatu

Executora: Escola de Educação Especial Jorge Rudney Atalla Jr.

Presta atendimento às pessoas com deficiência intelectual, múltipla deficiência e transtorno global do desenvolvimento – TGD e às suas famílias.

Atividades Realizadas: Programas de Educação Infantil, Escolaridade, Condutas Típicas e Educação Profissional; arte, música, capoeira, esportes diversos, trabalhos culturais e artesanais, horticultura, recreação dentro e fora da instituição.

Projeto Crescendo em Cidadania

Projeto de cumprimento de medidas sócio-educativas de prestação de serviço a comunidade.

Lar Padre Calógero Gaziano

Instituição de Longa Permanência dos Idosos - ILPI

Capacidade: 30 pessoas idosas

5.4 – Dados da Educação

Rede Municipal

- Escola Municipal Maestro Honório Maestrelli
- Escola Municipal Aníbal Kury Neto
- Escola Municipal Tiradentes
- CMEI Maria Tereza Spirandelli
- CMEI Professor Vicente de Conti
- CMEI Professor João Vaz do Amaral

RELAÇÃO DE MATRÍCULAS REDE MUNICIPAL DE ENSINO ANO LETIVO 2025

E.M TIRADENTES - E.F

TURMA	MATRÍCULAS	FAIXA ETÁRIA
1º ANO	23	7 ANOS
2º ANO	25	8 ANOS
3º ANO	25	9 ANOS
4º ANO	24	10 ANOS
5º ANO	24	11 ANOS
TOTAL	121	

E.M MAESTRO HONÓRIO MAESTRELLI - E.F

TURMA	MATRÍCULAS	FAIXA ETÁRIA
1º ANO	17	7 ANOS
2º ANO A	19	8 ANOS
2º ANO B	20	8 ANOS
3º ANO A	22	9 ANOS

4º ANO A	21	10 ANOS
4º ANO B	19	10 ANOS
5º ANO A	26	11 ANOS
TOTAL	144	

E.M ANIBAL KHURY NETO - E.F

TURMA	MATRÍCULAS	FAIXA ETÁRIA
1º ANO	23	7 ANOS
2º ANO A	22	8 ANOS
2º ANO B	21	8 ANOS
3º ANO A	21	9 ANOS
3º ANO B	18	9 ANOS
4º ANO A	25	10 ANOS
5º ANO A	19	11 ANOS
5º ANO B	17	11 ANOS
TOTAL	166	

CMEI PROFESSOR JOÃO VAZ AMARAL

TURMA	MATRÍCULAS	FAIXA ETÁRIA
INFANTIL	5	0 A 1 ANO
INFANTIL 1	14	1 ANO
INFANTIL 2	14	2 ANOS
INFANTIL 3	17	3 ANOS
INFANTIL 4	18	4 ANOS
INFANTIL 5 A	17	5 ANOS
INFANTIL 5 B	17	5 ANOS
TOTAL	97	

CMEI MARIA THEREZA SPIRANDELLI

TURMA	MATRÍCULAS	FAIXA ETÁRIA
INFANTIL	10	0 A 1 ANO
INFANTIL 1	15	1 ANO
INFANTIL 2	13	2 ANOS
INFANTIL 3	16	3 ANOS
INFANTIL 4 A	19	4 ANOS
INFANTIL 4 B	17	4 ANOS
INFANTIL 5 A	20	5 ANOS

TOTAL	110	

VICENTE DE CONTI	MATRÍCULAS	FAIXA ETÁRIA
INFANTIL	9	0 A 1 ANO
INFANTIL 1	19	1 ANO
INFANTIL 2 A	14	2 ANOS
INFANTIL 2 B	14	2 ANOS
INFANTIL 3 A	14	3 ANOS
INFANTIL 3 B	15	3 ANOS
INFANTIL 4 A	18	4 ANOS
INFANTIL 4 B	18	4 ANOS
INFANTIL 5 A	19	5 ANOS
INFANTIL 5 B	20	5 ANOS
TOTAL	160	

5.5 INDICADORES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O monitoramento nutricional nas escolas é um processo que visa avaliar o estado nutricional dos alunos, com objetivo de promover a saúde e desenvolvimento.

Etapas do monitoramento nutricional:

Verificação do peso e altura dos alunos na escola (Equipe de Saúde, agentes de Saúde, técnicos enfermagem, enfermeiros, nutricionistas, Professores de educação física:

- Estabelecer cronograma para realização da avaliação nutricional e comunicar as escolas previamente;
- Solicitar que preencham a planilha com dados demográficos formato excel (nome completo, data de nascimento e sexo)
- Classificação dos IMC em magreza, normalidade sobrepeso e obesidade (Anthro, Sisvan)
- Análise classificação verificação estatística e publicação dos resultados

Objetivos do monitoramento nutricional

- Contribuir para o crescimento e desenvolvimento dos alunos

- Promover hábitos alimentares saudáveis
- Ajudar a prevenir deficiências e problemas de saúde relacionados à alimentação

Atuação do nutricionista:

- Elaborar cardápios que respeitem as necessidades nutricionais dos alunos ;
- Orientar os alunos a consumirem alimentos de forma mais sustentável e equilibrada;
- Garantir a qualidade dos alimentos ofertados pelas escolas;
- Assegurar a qualidade sensorial dos alimentos;
- Zelar pela promoção da saúde alimentação e nutrição no ambiente escolar.

Rede Estadual:

- Colégio Estadual Professor Malvino de Oliveira
- Colégio Estadual Ricardo Lunardelli

Educação Rede Privada:

- Escola Branca de Neve – educação infantil e ensino fundamental
- Escola Irmã Verônica – educação infantil e ensino fundamental
- Colégio Diocesano João Paulo I - ensino fundamental e médio

Universidades

As principais instituições de ensino superior presentes são polos de **EAD**.

- UniCesumar — há um polo EAD em Porecatu.
- Universidade Estácio EAD, cursos de graduação, cursos de pós e cursos técnicos.
- Universidade Uninassau - EAD
- Universidade Uningá – Graduação e Pós - EAD

5.6 – Dados da Saúde

ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE

Estrutura Física da Atenção Primária em Saúde:

- 04 (quatro) Unidades Básicas de Saúde:
- Posto de Saúde Luis Di Miguelli (Posto Central);
- Posto de Saúde Darly Franco Veras (Vila Iguaçu);

- Posto de Saúde Maria Cristina Tavian (região sul);
- Posto de Saúde 03 Conjuntos (03 conjuntos e adjacências).
- 01 NASF (com 02 fisioterapeutas, 02 psicólogo, 01 educador físico);
- 01 Clínica de Fisioterapia;
- 01 Vigilância em Saúde;
- 01 Setor Epidemiológico (01 Enfermeira (o) e um (a) Técnico (a) de enfermagem);
- 01 Setor de agendamento;
- 01 Farmácia municipal

SERVIÇOS OFERTADOS PELA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE

- a. Atendimento hospitalar;
- b. Serviço de agendamento.

É realizado somente presencialmente.

- c. Assistência Farmacêutica.

Faz distribuição gratuita de medicamentos básicos para a população. É realizado por meio da Farmácia Básica Municipal;

- d. Vigilância em Saúde (Sanitária, Epidemiológica e Saúde do Trabalhador).
Abrange as ações de vigilância, promoção, prevenção e controle de doenças e agravos à saúde. Os componentes são: vigilância e controle das doenças transmissíveis, das doenças e dos agravos não transmissíveis, vigilância da situação ambiental, da saúde do trabalhador e a vigilância sanitária;

- e. Assistência odontológica;

- f. Assistência social;

- g. Transporte de pacientes.

Não há unidade de SAMU no Município. Porecatu possui apenas uma Van para atender toda a demanda e não é suficiente.

- h. Serviço de Fisioterapia.

Promove ações de saúde nos níveis primário e secundário para prevenir, diagnosticar, tratar e reabilitar o movimento humano e as variáveis a ele relacionadas, visando a melhoria da qualidade de vida das usuárias do serviço. Funciona em imóvel público. É composto por 3 fisioterapeutas, 1 coordenadora (fisioterapeuta) e 1 faxineira. Necessita de mais profissionais para atender em domicílios. Seus equipamentos são modernos, mas se houver aumento de atendimento será preciso adquirir equipamento.

- i. Serviço de Saúde Mental;

j. Atenção Primária à Saúde.

É organizado em torno das equipes do Programa Saúde da Família.

k. Ouvidoria de Saúde Municipal;

l. Exames Laboratoriais.

O serviço é terceirizado em Porecatu.

m. Exames especializados.

Ressonância e tomografia são feitas em Londrina. Exames de ultrassom são terceirizados (1 médico, 1 x por semana). São feitos em Porecatu.

n. Tratamento Fora de Domicílio – TFD.

É oferecido por apenas uma equipe e essa não consegue atender a demanda. Existe um Programa do governo estadual que dá cobertura a essa atividade, porém Porecatu não consegue ter acesso porque, para adentrar ao Programa, necessita ter mais profissionais. Quimioterapia, radioterapia e hemodiálise (tem 2 turmas. segunda/quarta/sexta e outra terça/quinta e sábado) são atendidos em Londrina. Os casos de cárdio e neurologia são atendidos em Londrina e Arapongas. Internações hospitalares ocorrem no Hospital Municipal de Porecatu e no Hospital Universitário, em Londrina. A maternidade de referência é em Rolândia, mas casos mais sérios são atendidos em Londrina. A referência para atendimento em Centro de Atenção Psicossocial é Rolândia.

o. Sistema de informação:

SIM – Sistema de informação de Mortalidade, SINASC – Sistema de Informações de Nascidos Vivos, SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Alimentação de banco de dados para o SUS.

PROGRAMAS MUNICIPAIS EM SAÚDE

- Programa Saúde da Família - PSF.

É o maior programa de atendimento da Secretaria Municipal de Saúde. Visa fornecer serviços de atenção básica. É organizado em torno de equipes de atendimentos. Cada equipe possui: 01 médico, 01 enfermeira, 01 agente comunitário da saúde - ACS (40hs). No PSF está locado o Programa de Atendimento à Saúde da Mulher (prevenção de câncer de colo de útero e mama) e a Atenção Primária à Saúde. Porecatu tem 4 equipes.

- Programa Saúde na Escola.

Faz avaliação das condições de saúde das crianças, adolescentes e jovens que estão na escola pública; prevenção de doenças e de agravos à saúde. A organização da agenda começa no início do ano. Há 95 crianças com comprometimento de aprendizado.

- Programa Antitabagismo.

Atendimento em grupo para as pessoas que desejam parar de fumar. Os grupos são realizados em 4 sessões, 1 por semana e até a 4ª semana o paciente já deve ter deixado de fumar e tem apoio medicamentoso.

- Programa Alcoolismo.

Procura ajudar pacientes que desejam parar de beber.

- Programa Hipertensão.

Promove ações de prevenção, diagnóstico, tratamento e controle dos pacientes com hipertensão. Realiza palestras, aferição de pressão arterial em grupos e estratificação de risco dos hipertensos do Município. Semestralmente, são realizadas consultas individuais com intuito de garantir a saúde integral desse paciente.

- Programa Diabéticos.

Objetiva prevenir o diabetes, cadastrar e acompanhar portadores. A identificação de portadores é feita pelos Agentes Comunitários de Saúde – ACS e os portadores são encaminhados para tratamento. • Programa Obesidade. Objetiva a reeducação alimentar e perda de peso.

- Programa Atendimento à Saúde Mental.

Realizado atendimento em grupos, aos sábados, em uma UBS (rodízio de UBS), com atendimento da assistência social, enfermagem e psicólogo para triagem dos pacientes com problemas emocionais e álcool/drogas. Visa também promover incentivos para iniciar o tratamento adequado evitando complicações futuras. • Programa de Atendimento às Pessoas Privadas de Liberdade. Atendimento semanal para as pessoas privadas de liberdade, com orientações, exames, atendimento médico e de enfermagem, vacinação e outros procedimentos necessários. Porecatu tem 112 pessoas em cárcere.

- Programa de Controle da Dengue.

Implementado pela Divisão de Endemias, faz levantamento de índice de infestação e promove ações de combate ao Aedes Aegypti. Nesse Programa a Vigilância Sanitária e Epidemiológica funcionam juntas.

- Programa Cuidado Materno Infantil.

Tem como finalidade a organização da atenção e assistência nas ações do pré-natal, parto, puerpério e o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento das crianças, em especial no seu primeiro ano de vida.

- Programa de Imunização.

Coordena toda a logística dos imunobiológicos e dos diversos insumos recebidos do Programa Nacional, além de articular as ações em conjunto com as Unidades Básicas de Saúde em campanhas nacionais de vacinação. Também executa a Vacinação Extramuro levando a vacinação para perto da população que não vai até à UBS. Realiza busca ativa nas escolas e CMEI's.

- Programa Atenção à Saúde do Idoso.

O Projeto Saúde do Idoso está no início. É realizado pelo Programa Saúde da Família. Há uma geriatra que atende a cada 15 dias.

- Programa de Atendimento Odontológico.

Objetiva a prevenção e o tratamento dentário da população. Realiza atendimento em grupos nas escolas com bochecho bucal com flúor, escovação supervisionada, levantamento epidemiológico (problemas bucais), atendimento com plantões aos sábados para as escolas e toda população.

- Programa Saúde do Trabalhador.

Conjunto de atividades da saúde coletiva que objetiva a promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, bem como a recuperação e reabilitação dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho. Porecatu dispõe de 1 médico para atender casos oriundos do comprometimento da saúde no trabalho.

5.7 - Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional

Através de Lei Municipal (1097/2003) foi criada a “Feira Noturna” no Município de Porecatu, tem por objetivo a comercialização de produtos a serem definidos na regulamentação da presente lei, além de incentivar o comércio artesanal, o turismo bem como promover integração social da comunidade porecatuense.

A Lei Municipal 1.448/2011, instituiu a instalação e funcionamento de Feiras Livres, que destinam-se à comercialização no varejo de produtos ou gêneros afins, que atendam às necessidades e interesses do público consumidor, com preferência ao produtor de hortifrutigranjeiros e cereais do Município de Porecatu.

Programas e ações estratégicas de SAN desenvolvidos no município

- Horta – Programa Crescendo em Cidadania, mantida pelo Conselho da Comunidade, em parceria com o Município.
- Festival de Inverno: A Secretaria de Cultura promove anualmente o Festival de Inverno e Feira Gastronômica
- Praça Gastronômica, funciona diariamente na Praça da Rodoviária
- A entidade SOS faz entrega de marmitas no horário de almoço à população de rua. Recebe produtos dos supermercados para distribuição às famílias cadastradas na entidade.
- Os Vicentinos, grupo da Igreja Católica, faz entrega mensal de cestas básicas à aproximadamente 50 famílias.
- O CRAS faz concessão de cesta básica, como benefício eventual a 60 famílias cadastradas e acompanhadas pela equipe técnica.
- Programa Compra Direta Paraná, desde 2020, o município recebe hortifruti, diretamente das Cooperativas parceiras do Estado do Paraná. O CRAS recebe e distribui às famílias cadastradas e acompanhadas pela equipe técnica, o Hospital e o Lar Padre Calógero Gaziano também são contemplados com o Programa, como complemento no preparo das refeições.
- Cartão Comida Boa, também um programa do Governo Estadual que beneficia famílias com um cartão no valor de R\$80,00, que podem ser usados nos

supermercados do município. O CRAS recebe os cartões e gerencia a entrega às famílias selecionadas pelo programa.

5.8 - Produção Agrícola Municipal



Porecatu

IPARDES INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL



AGROPECUÁRIA

PRODUÇÃO AGRÍCOLA - QUANTIDADE PRODUZIDA, SEGUNDO CULTURAS TEMPORÁRIAS

CULTURAS	2019	2020	2021	2022	2023
Abacaxi (mil frutos)	-	-	-	-	-
Algodão Herbáceo (em caroço) (t)	38	-	-	-	-
Alho (t)	-	-	-	-	-
Amendoim (em casca) (t)	-	-	-	-	-
Arroz (em casca) (t)	-	-	-	-	-
Aveia (em grão) (t)	-	15	-	15	-
Batata-doce (t)	-	-	-	-	-
Batata-inglesa (t)	-	-	-	-	-
Cana-de-açúcar (t)	1.034.958	1.034.958	982.366	819.620	800.161
Cebola (t)	-	-	-	-	-
Centeio (em grão) (t)	-	-	-	-	-
Cevada (em grão) (t)	-	-	-	-	-
Ervilha (em grão) (t)	-	-	-	-	-
Feijão (em grão) (t)	3	-	-	-	60
Fumo (em folha) (t)	-	-	-	-	-
Girassol (em grão) (t)	-	-	-	-	-
Mandioca (t)	1.194	1.197	1.194	1.128	1.130
Melancia (t)	80	78	-	90	80
Melão (t)	-	-	-	-	-
Milho (em grão) (t)	5.220	8.100	2.448	7.572	13.545
Soja (em grão) (t)	7.350	10.325	9.100	7.200	15.990
Sorgo (em grão) (t)	-	260	514	1.340	3.680
Tomate (t)	-	-	-	-	70
Trigo (em grão) (t)	-	-	-	-	-
Triticale (em grão) (t)	-	-	-	-	-

FONTE: IBGE - Produção Agrícola Municipal (PAM)

PRODUÇÃO AGRÍCOLA - QUANTIDADE PRODUZIDA, SEGUNDO CULTURAS PERMANENTES

CULTURAS	2019	2020	2021	2022	2023
Abacate (t)	66	63	60	60	60
Banana (cachos) (t)	155	154	147	150	170
Borracha (látex coagulado) (t)	-	-	-	-	-
Café (em grão) (t)	33	50	30	30	2
Caqui (t)	-	-	-	-	-
Coco-da-baía (mil frutos)	-	-	-	-	-
Erva-mate (folha verde) (t)	-	-	-	-	-
Figo (t)	-	-	-	-	-
Goiaba (t)	-	-	-	-	-
Laranja (t)	-	-	-	-	-
Limão (t)	15	14	14	12	10
Maçã (t)	-	-	-	-	-
Mamão (t)	-	-	-	-	-
Manga (t)	-	-	-	-	-
Maracujá (t)	-	-	-	-	-
Noz (fruto seco) (t)	-	-	-	-	-
Palmito (t)	-	-	-	-	-
Pera (t)	-	-	-	-	-
Pêssego (t)	-	-	-	-	-
Tangerina (t)	-	-	-	-	-
Urucum (semente) (t)	-	-	-	-	-
Uva (t)	18	-	-	-	-

FONTE: IBGE - Produção Agrícola Municipal (PAM)



AGROPECUÁRIA

EFETIVOS DE PECUÁRIA E AVES

EFETIVOS	2019	2020	2021	2022	2023
Rebanho de Bovinos	3.919	3.230	3.479	2.940	2.837
Rebanho de Equinos	288	241	198	182	175
Galináceos - Total	122.250	130.430	128.200	130.600	126.500
Galinhas	2.100	1.980	1.910	1.500	1.750
Rebanho de Ovinos	182	154	126	138	196
Rebanho de Suínos - Total	760	743	695	678	435
Matrizes de Suínos	52	50	45	40	38
Rebanho de Bubalinos	-	-	-	-	-
Rebanho de Caprinos	10	9	10	9	8
Codornas	-	-	-	-	-
Rebanho de Ovinos Tosquiados	89	85	82	78	75
Rebanho de Vacas Ordenhadas	19	17	19	20	18

FORNTE: IBGE - Produção Pecuária Municipal (PPM)

PRODUÇÃO DE ORIGEM ANIMAL - QUANTIDADE PRODUZIDA, SEGUNDO PRODUTOS

PRODUTOS	2019	2020	2021	2022	2023
Casulos do Bicho-da-seda (kg)	-	-	-	-	-
Lã (kg)	165	160	155	150	147
Leite (mil l)	17	15	15	16	16
Mel de Abelha (kg)	185	180	200	210	200
Ovos de Codorna (mil dz)	-	-	-	-	-
Ovos de Galinha (mil dz)	20	20	19	12	14

FORNTE: IBGE - Produção Pecuária Municipal (PPM)

PRODUÇÃO DA AQUICULTURA - QUANTIDADE PRODUZIDA, SEGUNDO PRODUTOS

PRODUTOS	2019	2020	2021	2022	2023
Alevinos (milheiros)	-	-	-	-	-
Camarão (kg)	-	-	-	-	-
Carpa (kg)	-	-	-	-	-
Curimatã, Curimatã (kg)	-	-	-	-	-
Dourado (kg)	-	-	-	-	-
Lambari (kg)	-	-	-	-	-
Matrinxã (kg)	-	-	-	-	-
Ostras, Vieiras e Mexilhões (kg)	-	-	-	-	-
Outros Peixes (kg)	-	-	-	-	-
Pacu e Patinga (kg)	-	-	-	-	-
Piau, Piapara, Piaçu, Piava (kg)	-	-	-	-	-
Pintado, Cachara, Cachapira e Pintachara, Surubim (kg)	-	-	-	-	-
Pirarucu (kg)	-	-	-	-	-
Tambacu, Tambatinga (kg)	-	-	-	-	-
Tambaqui (kg)	-	-	-	-	-
Tilápia (kg)	6.500	7.000	8.000	9.500	12.000
Traíra e Trairão (kg)	-	-	-	-	-
Truta (kg)	-	-	-	-	-
Tucunaré (kg)	-	-	-	-	-

FORNTE: IBGE - Produção Pecuária Municipal (PPM)

6) DIRETRIZES E OPERACIONALIZAÇÃO DO I PLAMSAM 2025-2028

Eixo 1 – Estruturação e Fortalecimento da Agricultura Familiar

Ação	Objetivo	Responsáveis	Parceiros	Fonte de Recurso
Incentivo na produção de alimentos da Vila Rural, produtos sazonais. (obs: proposta da I Conferência Municipal de SAN)	Incentivar a produção de alimentos da Vila Rural, produtos sazonais, dando apoio técnico e financeiro do município aos produtores	Assessoria para a Indústria, Comércio, Agricultura e Meio Ambiente	SEAB IDR Emater	Recurso livre
Incentivo as feiras livres com cadastramento dos produtores rurais e artesãos, com dados da procedência, controle de qualidade.	Incentivar a participação dos produtores na produtividade rural e produção de artesanatos.	Assessoria para a Indústria, Comércio, Agricultura e Meio Ambiente	SEBRAE Vigilância Sanitária	Recurso livre
Divulgar e incentivar o pequeno produtor a regularizar a documentação para que possam comercializar os produtos.	Regularizar a documentação do pequeno produtor para que possam vender aos órgãos públicos.	Assessoria para a Indústria, Comércio, Agricultura e Meio Ambiente	SEBRAE Departamento de Tributos	Recurso livre
Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar ou de empreendedores familiares rurais, para abastecer a merenda escolar na rede municipal	Inclusão da agricultura familiar em políticas públicas de compra institucional (ex: merenda escolar via PNAE)	Assessoria para a Indústria, Comércio, Agricultura e Meio Ambiente	EMATER Ministério da Educação	Recurso Federal
Assessoria técnica especializada para os agricultores. (obs: proposta da III Conferência Municipal de SAN)	Proporcionar apoio profissional e especializado para melhorar a produtividade, sustentabilidade e rentabilidade das atividades agrícolas, a partir de consultoria.	Assessoria para a Indústria, Comércio, Agricultura e Meio Ambiente	SEAB IDR Emater	Recurso livre
Orçamento (linha de crédito) (obs: proposta da III Conferência Municipal de SAN)	fornece uma estrutura financeira, com o intuito de garantir o crescimento do negócio.	Assessoria para a Indústria, Comércio, Agricultura e Meio Ambiente	SEAB IDR Emater SEBRAE	Recurso Municipal, Estadual e Federal
Conversão para o selo orgânico (obs: proposta da III Conferência Municipal de SAN)	Incentivar uma produção sustentável, saudável e legalmente certificada.	Assessoria para a Indústria, Comércio, Agricultura e Meio Ambiente	SEAB IDR Emater	Recurso Municipal, Estadual e Federal

Ampliar o acesso dos acampados nas políticas públicas. (obs: proposta da III Conferência Municipal de SAN)	Promover inclusão social, cidadania e desenvolvimento socioeconômico, garantindo que essas famílias tenham seus direitos reconhecidos e acesso aos programas governamentais que asseguram melhores condições de vida, produção e geração de renda.	Assessoria para a Indústria, Comércio, Agricultura e Meio Ambiente	SEAB IDR Emater	Recurso livre
Aderir ao sistema para que os recursos venham e sejam implantadas políticas públicas. (obs: proposta da III Conferência Municipal de SAN)	Buscar financiamento para garantir o desenvolvimento das ações de SAN.	Assessoria para a Indústria, Comércio, Agricultura e Meio Ambiente	SEAB IDR Emater	Recurso Estadual e Federal
Incentivar a criação de associação para atender a população de maneira que elas produzam, se alimentem e tenham renda. (obs: proposta da III Conferência Municipal de SAN)	organizar coletivamente a população para fortalecer a produção, garantir segurança alimentar e gerar renda de forma sustentável.	Assessoria para a Indústria, Comércio, Agricultura e Meio Ambiente	SEAB IDR Emater	Recurso livre
Buscar adesão aos programas do Estado de Segurança Alimentar e Nutricional	Beneficiar os munícipes e produtores locais	Assessoria para a Indústria, Comércio, Agricultura e Meio Ambiente	SEAB IDR Emater	Recurso Estadual
Reunir as famílias acompanhadas pelo CRAS e CREAS para socializar o tema Segurança Alimentar. (obs: proposta da III Conferência Municipal de SAN)	promover ações que visem garantir o direito humano à alimentação adequada e estimulando práticas que assegurem o acesso regular a alimentos saudáveis.	Assessoria para a Indústria, Comércio, Agricultura e Meio Ambiente	SEAB IDR Emater	Recurso livre

Eixo 2 - Garantia de Acesso Regular e Permanente aos Alimentos

Ação	Objetivo	Responsáveis	Parceiros	Fonte de Recurso
Cursos e oficinas para produção de alimentos, temperos, conservas e etc. (obs: proposta da I Conferência Municipal de SAN)	Incentivar famílias na participação de preparo de alimentos saudáveis	Assessoria para a Indústria, Comércio, Agricultura e Meio Ambiente	SEAB IDR Emater	Recurso livre

Incentivar a formalização dos pescadores e fomentar o comércio de peixes no município de Porecatu. (obs: proposta da II Conferência Municipal de SAN)	Promover o incentivo e beneficiamento aos pescadores do município.	Assessoria para a Indústria, Comércio, Agricultura e Meio Ambiente	SEAB IDR Emater	Recurso livre
Incentivar a implantação de projeto de hortas e viveiros comunitários ou domésticas	Promover curso técnico de manejo de hortaliças de fundos de quintal; Fomentar a difusão e popularização do cultivo de hortas comunitário ou doméstico estimulando a implantação de hortas em outros espaços públicos ou privados.	Assessoria para a Indústria, Comércio, Agricultura e Meio Ambiente	Emater	Recurso livre
Implantar o cartão alimentação atendendo ao princípio da autonomia conforme estabelece a política pública da Assistência Social	Propiciar às famílias em situação de vulnerabilidade e risco social o acesso aos direitos básicos, assegurando os mínimos sociais.	CRAS	Secretaria de Serviço Social	Recurso do Fundo Estadual e Municipal de Assistência Social
Monitorar a duplicidade em benefícios pelas famílias atendidas pela Assistência Social.	Buscar contato com as organizações do município que distribuem alimentos de modo a dialogar sobre as famílias em situação de vulnerabilidade social.	Assessoria para a Indústria, Comércio, Agricultura e Meio Ambiente	Secretaria de Serviço Social	Recurso Estadual
Levantamento de espaços/terrenos ociosos para produção de alimentos. (obs: proposta da III Conferência Municipal de SAN)	identificar áreas disponíveis que possam ser utilizadas para a produção de alimentos, promovendo segurança alimentar, geração de renda e aproveitamento sustentável do território.	Assessoria para a Indústria, Comércio, Agricultura e Meio Ambiente	SEAB IDR Emater Departamento de Tributos	Recurso livre

Eixo 3 – Fortalecimento do SISAN no Município.

Ação	Objetivo	Responsáveis	Parceiros	Fonte de Recurso
<p>Criar a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, garantindo orçamento, através de projeto de lei.</p> <p>(obs: proposta da III Conferência Municipal de SAN)</p>	<p>Ter o comando único das ações, visando captação de recursos financeiros.</p>	<p>Assessoria para a Indústria, comércio, agricultura e Meio Ambiente</p>	<p>Executivo Municipal</p>	<p>Recurso Livre</p>
<p>Promover ações de Educação e Gestão Ambiental, para o desenvolvimento de atividades relacionadas aos eixos saúde, meio ambiente e SAN</p>	<p>estimular capacitação técnica dos Educadores</p>	<p>Assessoria para a Indústria, comércio, agricultura e Meio Ambiente</p>	<p>Secretaria de Educação</p>	<p>Recurso Municipal e Estadual</p>
<p>Instituir, por meio de Lei, a Semana Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional que deverá ser realizada na semana do dia 16 de outubro, dia Mundial da Alimentação.</p>	<p>Valorizar e divulgar o direito a alimentação.</p>	<p>Assessoria para a Indústria, comércio, agricultura e Meio Ambiente</p>	<p>Secretaria de Educação Secretaria de Saúde, ACEP</p>	<p>Recurso livre</p>
<p>Realizar um Fórum de Segurança Alimentar no primeiro semestre de 2026, com a revisão do Plano SAN</p>	<p>Ampliar a discussão do Plano, convidando a população em geral</p>	<p>Assessoria para a Indústria, comércio, agricultura e Meio Ambiente</p>	<p>Secretaria de Planejamento</p>	<p>Recurso livre</p>

7) MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Este Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – PLAMSAN do Município de Porecatu para o quadriênio 2025-2028, será avaliado e aperfeiçoado ao longo do desenvolvimento das atividades, com o objetivo de registrar alterações necessárias e aprimorar suas ações. Trata-se de um instrumento de planejamento, logo, se adequará conforme as condições que se estabelecerem no âmbito das oportunidades da segurança alimentar e nutricional, podendo haver a criação de novos programas e extinção de outros, de acordo com o que for preconizado pela Política de Segurança Alimentar.

Caberá ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional o acompanhamento das metas e ações previstas neste documento, assim como a avaliação anual dos objetivos atingidos e metas a serem repactuadas.

Como indicadores de monitoramento e avaliação serão utilizadas as reuniões do COMSEA, reuniões ampliadas com outros conselhos municipais, reuniões com o Executivo e Legislativo e monitoramento dos segmentos.

8 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. *Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.* Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 set. 2006.

BRASIL. Decreto nº 6.272, de 23 de novembro de 2007. Regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112/1990. *Diário Oficial da União:* seção 1, Brasília, DF, 23 nov. 2007.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. *Diário Oficial da União:* seção 1, Brasília, DF, 5 fev. 2010.

BRASIL. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. *Diário Oficial da União:* seção 1, Brasília, DF, 26 ago. 2010.

PORECATU (PR). Lei nº 1.474, de 17 de outubro de 2011. Porecatu, PR, 17 out. 2011.

LEÃO, Marília (org.). *O direito humano à alimentação adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.* Brasília: ABRANDH, 2013.

PORECATU (PR). *Plano Diretor Municipal: revisão 2024.* Porecatu, PR, 2024.

PORECATU (PR). *Relatório da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Porecatu.* Porecatu, PR, 2015.

PORECATU (PR). *Relatório da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Porecatu.* Porecatu, PR, 2019.

PORECATU (PR). *Relatório da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Porecatu.* Porecatu, PR, 2023.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Panorama – Porecatu-PR. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/panorama>.

Ministério da Cidadania. Relatórios de Cidadania. Disponível em:

<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/>

PORECATU (PR). *Plano Municipal de Saúde 2022-2025.* Porecatu, PR, 2022.

PORECATU (PR). Prefeitura Municipal. *Portaria nº 458, de 11 de Dezembro de 2025.* Nomeia os membros da Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN de Porecatu. Porecatu, PR, 11/12/2025.

PORECATU (PR). Prefeitura Municipal. *Portaria nº 459, de 11 de Dezembro de 2025.* Nomeia a composição dos membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA de Porecatu. Porecatu, PR, 11/12/2025.